

# Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Gavião



## Índice do Plano

Fevereiro de 2019



## Índice

1 – Lista de Acrónimos.....	2
2 – Referências Legislativas.....	7
3 – Registo de Atualizações e Exercícios.....	13
3.1 - Registo de Atualizações.....	13
3.2 - Registo de Exercícios.....	14

## Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Gavião

### 1 - Lista de Acrónimos

<b>ACES</b>	Agrupamento de Centros de Saúde
<b>AM</b>	Ante-mortem
<b>ANAC</b>	Autoridade Nacional de Aviação Civil
<b>ANPC</b>	Autoridade Nacional de Proteção Civil
<b>APA</b>	Agência Portuguesa do Ambiente
<b>APC</b>	Agentes de Proteção Civil
<b>APFLOBEV</b>	Associação dos Produtores Florestais da Freguesia de Belver
<b>APFLOGAV</b>	Associação dos Produtores Florestais do Município de Gavião
<b>ARH Tejo e Oeste</b>	Administração da Região Hidrográfica
<b>AT</b>	Alta Tensão
<b>ATS</b>	Serviço de Tráfego Aéreo
<b>BGRI</b>	Base Geográfica de Referenciação da Informação
<b>BLEVE</b>	Boiling Liquid Expanding Vapour Explosion
<b>BT</b>	Baixa Tensão
<b>BVG</b>	Bombeiros Voluntários de Gavião
<b>CBV</b>	Corpo de Bombeiros Voluntários
<b>CCBSA</b>	Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Aéreo
<b>CCOD</b>	Centro de Coordenação Operacional Distrital
<b>CCON</b>	Centro de Coordenação Operacional Nacional
<b>CDPC</b>	Comissão Distrital de Proteção Civil
<b>CIPOL</b>	Companhia Internacional de Petróleos
<b>CMG</b>	Câmara Municipal de Gavião
<b>CMPC</b>	Comissão Municipal de Proteção Civil
<b>CNOS</b>	Centro Nacional de Operações de Socorro
<b>CNPC</b>	Comissão Nacional de Proteção Civil
<b>CODIS</b>	Comandante Operacional Distrital
<b>COM</b>	Coordenador Operacional Municipal
<b>COS</b>	Comandante Operações de Socorro
<b>CP</b>	Comboios de Portugal

## Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Gavião

<b>CPX</b>	Exercício de Posto de Comando
<b>CVP</b>	Cruz Vermelha Portuguesa
<b>DAF</b>	Divisão Administrativa e Financeira
<b>DEM</b>	Digital Elevation Model
<b>DGPC</b>	Direção Geral do Património Cultural
<b>DON</b>	Diretiva Operacional Nacional
<b>EDP</b>	Energia de Portugal
<b>EEEVS</b>	Elementos expostos estratégicos, vitais e/ou sensíveis
<b>EN</b>	Estrada Nacional
<b>ENF</b>	Estratégia Nacional para a Floresta
<b>ERAS</b>	Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação
<b>ERAV</b>	Equipas Responsáveis por Avaliação de Vitimas
<b>ERSAR</b>	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
<b>ETA</b>	Estação de Tratamento de Águas
<b>ETAR</b>	Estação de Tratamento de Águas Residuais
<b>FEB</b>	Força Especial de Bombeiros Canarinhos
<b>GALP</b>	Posto de Combustíveis
<b>GDH</b>	Grupo Data Hora
<b>GLE</b>	Gestor Local de Emergência
<b>GNR</b>	Guarda Nacional Republicana
<b>ICNF</b>	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
<b>IIP</b>	Imóvel de Interesse Público
<b>IM</b>	Instituto de Meteorologia
<b>IM</b>	Interesse Municipal
<b>IMT</b>	Instituto de Mobilidade e do Transporte
<b>INAC</b>	Instituto Nacional de Avaliação Civil
<b>INAG</b>	Instituto da Água
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>INEM</b>	Instituto Nacional de Emergência Médica
<b>INML</b>	Instituto Nacional de Medicina Legal
<b>INSA</b>	Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge
<b>IP</b>	Infraestruturas de Portugal
<b>IPE</b>	Itinerário Primário de Evacuação

## Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Gavião

<b>IPMA</b>	Instituto Português do Mar e Atmosfera
<b>IPSS</b>	Instituições Particulares de Solidariedade Social
<b>ISS</b>	Instituto da Segurança Social
<b>LII</b>	Limite Inferior de Inflamabilidade
<b>LIVEX</b>	Exercício Real
<b>LNEC</b>	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
<b>LNEG</b>	Laboratório Nacional de Energia e Geologia
<b>MAI</b>	Ministro da Administração Interna
<b>MN</b>	Monumento Nacional
<b>MP</b>	Ministério Público
<b>MT</b>	Média Tensão
<b>NecPro</b>	Necrotérios Provisórios
<b>NEP</b>	Norma de Execução Permanente
<b>NUT</b>	Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
<b>OCS</b>	Órgãos de Comunicação Social
<b>PCdis</b>	Posto de Comando Distrital
<b>PCIP</b>	Posto de Controlo Integrado da Poluição
<b>PCMG</b>	Presidente da Camara Municipal de Gavião
<b>PCmun</b>	Posto de Comando Municipal
<b>PCO</b>	Posto de Comando Operacional
<b>PCRTEA</b>	Plano de Contingência Regional para Temperaturas Extremas Adversas
<b>PCT</b>	Posto de Controlo de Tráfego
<b>PJ</b>	Polícia Judiciária
<b>PM</b>	Post-mortem
<b>PMDFCI</b>	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
<b>PMDF</b>	Plano Municipal de Defesa da Floresta
<b>PME</b>	Plano Municipal de Emergência
<b>POAAP</b>	Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas
<b>POC</b>	Ponto de Contato
<b>POM</b>	Plano Operacional Municipal
<b>PSP</b>	Polícia de Segurança Pública
<b>PT</b>	Portugal Telecom
<b>PV</b>	Posto de Vigia

## Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Gavião

<b>REAI</b>	Regime de Exercícios da Atividade Industrial
<b>REN</b>	Rede Elétrica Nacional
<b>REPC</b>	Rede Estratégica de Proteção Civil
<b>RNAP</b>	Sistema Nacional de Água Protegida
<b>RND</b>	Rede Nacional de Distribuição
<b>RNT</b>	Rede Nacional de Transportes
<b>ROB</b>	Rede Operacional dos Bombeiros
<b>RPA</b>	Rede de Postos de Água
<b>RSB</b>	Regulamento da Segurança de Barragens
<b>SBV</b>	Suporte Básico de Vida
<b>SCIE</b>	Segurança Contra Incêndios em Edifícios
<b>SEF</b>	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
<b>SIG</b>	Sistema de Informação Geográfica
<b>SIOPS</b>	Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro
<b>SIORMINP</b>	Sistema de Informação de Ocorrências e Recursos Minerais Portugueses
<b>SIRESP</b>	Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal
<b>SITREP</b>	Situacion Report
<b>SMAS</b>	Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento
<b>SMPC</b>	Serviço Municipal de Proteção Civil
<b>SNAC</b>	Sistema Nacional de Águas Classificadas
<b>SNGN</b>	Sistema Nacional de Gás Natural
<b>SNIRCH</b>	Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos
<b>SVARH</b>	Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos
<b>TO</b>	Teatro de Operações
<b>UCI</b>	Unidade de Cooperação Internacional
<b>ULSNA</b>	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano
<b>ZA</b>	Zona de Apoio
<b>ZCAP</b>	Zona de Concentração e Apoio
<b>ZCI</b>	Zona de Concentração e Irradiação
<b>ZCL</b>	Zona de Concentração Local
<b>ZCLAT</b>	Zona de Concentração Local e Abrigo Temporário
<b>ZCR</b>	Zona de Concentração e Reserva
<b>ZCRM</b>	Zona de Concentração e Reserva Municipal

## Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Gavião

<b>ZI</b>	Zona de Intervenção
<b>ZRnM</b>	Zonas de Reunião de Mortos
<b>ZRR</b>	Zona de Receção de Reforços
<b>ZS</b>	Zona de Sinistro
<b>ZT</b>	Zona de Transição

## Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Gavião

### 2 - Referências Legislativas

Legislação Estruturante
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Lei 53/2008, de 29 de agosto</b> – Lei de Segurança Interna</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Lei 27/2006, de 3 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 1/2011, de 30 de novembro e pela Lei 80/2015, de 3 de agosto, que republica o Diploma</b> – Lei de Bases da Proteção Civil</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 134/2006, de 25 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 114/2011, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei 72/2013, de 31 de maio</b> – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Lei 65/2007, de 12 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 114/2011, de 30 de novembro</b> – Enquadramento institucional operacional da proteção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de proteção civil e competências do comandante operacional municipal</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil 30/2015, de 07 de maio</b> - Diretiva relativa aos Critérios e Normas Técnicas para a Elaboração e Operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Despacho 3317-A/2018, de 3 de abril</b> – Revisão do Sistema de Gestão de Operações</li> </ul>
Legislação Orgânica
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 126-B/2011, de 29 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 161-A/2013, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei 112/2014, de 11 de julho, e pelo Decreto-Lei 163/2014, de 31 de outubro</b> – Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 73/2013, de 31 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 163/2014, de 31 de outubro</b> – Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Lei 63/2007, de 6 de novembro</b> – Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 22/2006, de 2 de fevereiro</b> – Lei Orgânica do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente e do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro, da Guarda Nacional Republicana</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Lei 53/2007, de 31 de agosto</b> – Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Lei Orgânica 1-B/2009, de 7 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 5/2014, de 29 de agosto</b> – Lei de Defesa Nacional</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 6/2014, de 1 de setembro</b> - Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 186/2014, de 29 de dezembro</b> – Lei Orgânica do Exército</li> </ul>



## Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Gavião

<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 44/2002, de 2 de março com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 235/2012, de 31 de outubro</b> – Lei Orgânica da Autoridade Marítima Nacional</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Lei 28/2013, de 12 de abril</b> – Define as Competências, a Estrutura e o Funcionamento da Autoridade Aeronáutica Nacional</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 40/2015, de 16 de março</b> – Lei Orgânica da Autoridade Nacional da Aviação Civil</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 240/2012, de 6 de novembro</b> – Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 22/2012, de 30 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 127/2014, de 22 de agosto, e pelo Decreto-Lei 173/2014, de 19 de novembro</b> – Lei Orgânica das Administrações Regionais de Saúde, I.P.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 82/2009, de 2 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 135/2013, de 4 de outubro</b> – Estabelece as regras de designação, competência e funcionamento das entidades que exercem o poder de autoridade de saúde</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 34/2012, de 14 de fevereiro</b> – Lei Orgânica do Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 166/2012, de 31 de julho</b> – Lei Orgânica do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 39/2012, de 16 de fevereiro</b> – Lei Orgânica do Instituto Português do Sangue e da Transplantação</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 83/2012, de 30 de março</b> – Lei Orgânica do Instituto de Segurança Social</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 281/2007, de 7 de agosto</b> – Aprova o Regime Jurídico da Cruz Vermelha Portuguesa</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 228/2012, de 25 de outubro</b> – Lei Orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 56/2012, de 12 de março</b> – Lei Orgânica da Agência Portuguesa do Ambiente</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto Regulamentar 31/2012, de 13 de março</b> – Lei Orgânica da Direção Geral da Alimentação e Veterinária</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 135/2012, de 29 de junho</b> – Lei Orgânica no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 109/2009, de 15 de maio</b> – Estabelece o Regime Jurídico aplicável à criação e das equipas de sapedores florestais no território continental português e regulamenta os apoios à sua atividade</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 68/2012, de 20 de março</b> – Lei Orgânica do Instituto Português do Mare da Atmosfera, I.P.</li> </ul>

## Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Gavião

<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 241/2007, de 21 de junho, alterada pela Lei 48/2009, de 4 de agosto, e pelo Decreto-Lei 249/2012, de 21 de novembro</b> – Regime Jurídico dos Bombeiros Portugueses</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Lei 32/2007, de 13 de agosto</b> – Regime Jurídico das Associações Humanitárias de Bombeiros</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 247/2007, de 27 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 248/2012, de 21 de novembro</b> – Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Despacho do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil 19734/2009, de 28 de agosto</b> – Regulamento da organização e funcionamento da Força Especial de Bombeiros Canarinhos (FEB)</li> </ul>
<b>Legislação Técnico-Operacional</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Despacho 3551/2015, de 9 de abril</b> – Sistema de Gestão de Operações</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil 97/2007, de 16 de maio</b> – Estado de alerta especial para o Sistema Integro do de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto Regulamentar 86/2007, de 12 de dezembro</b> – Articulação, nos espaços marítimos de soberania e jurisdição nacional, entre autoridades de polícia</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Portaria 1358/2007, de 15 de outubro</b> – Define a composição e funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 5/2000, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei 138/2000, de 13 de julho</b> – Estabelece o regime jurídico da remoção, transporte, inumação, exumação, transladação e cremação de cadáveres</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Lei 44/86, de 30 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei Orgânica 1/2012, de 11 de maio</b> – Lei do Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência</li> </ul>

## Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Gavião

Legislação Concorrente
<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Lei 58/2005, de 29 de dezembro</b> – Lei da Água: medidas de proteção contra cheias e inundações; medidas de proteção contra secas; medidas de proteção contra acidentes graves de poluição; medidas de proteção contra rotura de infraestruturas hidráulicas</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Decreto-Lei 364/98, de 21 de novembro</b> – Estabelece a obrigatoriedade de elaboração da carta de zonas inundáveis nos municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Decreto-Lei 115/2010, de 22 de outubro</b> – Estabelece um quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundações, com o objetivo de reduzir as suas consequências prejudiciais</li></ul>

## Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Gavião

<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 124/2006, de 28 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 15/2009, de 14 de janeiro, pelo Decreto-Lei 17/2009, de 14 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação 20/2009, de 13 de março, pelo Decreto-Lei 114/2011 de 30 de novembro e pelo Decreto-Lei 83/2014, de 23 de maio</b> – Aprova o Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Resolução do Conselho de Ministros 65/2006, de 26 de maio</b> – Aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 220/2008, de 12 de novembro, alterado pelo Decreto-lei 224/2015 de 9 de outubro</b> - Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Portaria 1532/2008, de 29 de dezembro</b> – Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 344/2007, de 15 de outubro</b> – Regulamento de Segurança de Barragens</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 254/2007, de 12 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 42/2014, de 18 de março</b> – Prevenção de Acidentes Graves com Substâncias Perigosas</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 174/2002, de 25 de julho</b> – Estabelece as regras aplicáveis à intervenção em caso de emergência radiológica, transpondo para a ordem jurídica interna as disposições do título IX, “Intervenção”, da Diretiva 96/29/EURATOM</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 165/2002, de 17 de julho com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 215/2008, de 10 de novembro e pelo Decreto-Lei 156/2013, de 5 de novembro</b> – Proteção contra Radiações Ionizantes</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 41-A/2010, de 29 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto- Lei 206-A/2012, de 31 de agosto, e pelo Decreto-Lei 19-A/2014, de 7 de fevereiro</b> – Aprova o Regulamento do transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 112/2002, de 12 de abril</b> – Aprova o Plano Nacional da Água</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Lei 58/2007, de 4 de setembro</b> – Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Lei 31/2014, de 30 de maio</b> – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Lei 75/2013, de 12 de setembro</b> - Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para a entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 278/2009, de 2 de outubro</b> – Código dos Contratos Públicos</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 91/2015, de 29 de maio</b> – fusão entre a Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E. (REFER, E.P.E.) e a EP— Estradas de Portugal, S.A. (EP, S.A.), com o objetivo de criar uma única empresa de gestão de infraestruturas de transportes em Portugal</li> </ul>

## Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Gavião

Legislação Diversa
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Resolução 87/2013, de 11 de dezembro</b> – Aprova o Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil</li> <li>• <b>Resolução 22/2009, de 23 de outubro</b> – Aprova o Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico da Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes</li> </ul>
Comunicações
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Resolução do Conselho de Ministros 56/2003, de 8 de abril</b> – Redefine as condições de instalação do SIRESP – Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal e determina a adoção de várias medidas concretas necessárias à respetiva implementação</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Lei 5/2004, de 10 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei 51/2011, de 13 de setembro, posteriormente alterada pela Lei 10/2013, de 28 de janeiro e pela Lei 42/2013, de 3 de julho</b> – Lei das comunicações eletrónicas</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Lei 17/2012, de 26 de abril, alterada pelo Decreto-Lei 160/2013, de 19 de dezembro</b> – Estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 53/2009, de 2 de março</b> – Define as regras aplicáveis aos serviços de amador e de amador por satélite, bem como a definição do regime de atribuição de certificados e autorizações especiais aos amadores e de licenciamento das estações de uso comum.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Decreto-Lei 47/2000, de 24 de março</b> – Regime jurídico aplicável à utilização do Serviço Rádio Pessoal – Banda do Cidadão</li> </ul>

### Outras Referências

- Normas Operacionais Permanentes (NOP) da ANPC;
- Diretivas Operacionais Nacionais da ANPC

### 3 - Registo de Atualizações e Exercícios

#### 3.1 – Registo de Atualizações

Registo de Atualizações do Plano				
Versão	Alteração	Data da Alteração	Data da Aprovação	Aprovado por: (CMPC/CNPC)

### 3.2 – Registo de Exercícios

Registo de Exercícios do Plano								
Tipo de exercício		Objetivos	Cenário	Local	Data	Agentes, Organismos e	Meios e Recursos envolvidos	Ensinamentos recolhidos
CPX	LIVEX							